

VIAGEM TÉCNICA: AVALIAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NA REGIÃO DOS SETE POVOS DAS MISSÕES

Cláudio Gabriel Soares Araújo¹

Kellem Paula Rohã Araujo²

Leonice Vercelheze Friedrich³

Carmen Regina Dorneles Nogueira⁴

Resumo:

O presente trabalho teve por objetivo avaliar a acessibilidade dos equipamentos públicos destinados a atender a demanda do turismo nas cidades de São Miguel das Missões e Santo Ângelo. Foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica e documental e realização de pesquisa de campo durante viagem técnica com observação sistematizada e entrevistas não estruturada. A avaliação foi realizada por alunos do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo do Instituto Federal Farroupilha e dos alunos do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa mostrou que os esforços realizados para adaptar os equipamentos turísticos ainda se mostram insuficientes para atender as necessidades da pessoa com deficiência na condição de mobilidade reduzida, mesmo que alguns destes equipamentos recebam visitantes nestas condições. Há necessidade de adaptações e melhorias, principalmente nas calçadas internas e passeios externos, nos acessos, nas rampas e nas sinalizações para pedestres e sinalizações de trânsito. É necessário superar a falta de acessibilidade na estrutura dos equipamentos, corrigir a falta de informação dos envolvidos no processo, melhorar os acessos e os passeios públicos, pois somente com tais ações serão removidas as barreiras culturais que impedem as pessoas com deficiência de praticar o turismo com autonomia e dignidade.

Palavras-chave: Acessibilidade; Ensino; Equipamentos Turísticos; Patrimônio Cultural

Modalidade de Participação: Pós-Graduação

VIAGEM TÉCNICA: AVALIAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NA REGIÃO DOS SETE POVOS DAS MISSÕES

¹ Aluno de pós-graduação. cgsaiff@gmail.com. Autor principal

² aluno de graduação. rohanaraujo@gmail.com. Co-autor

³ aluno da graduação. leonicevfriedrich@gmail.com. Co-autor

⁴ Docente. carmennogueira@unipampa.edu.br. Orientador

VIAGEM TÉCNICA: AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NA REGIÃO DOS SETE POVOS DAS MISSÕES

1 INTRODUÇÃO

Utilizando viagens técnicas como metodologia de ensino, professores e alunos do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo do Instituto Federal Farroupilha e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, visitaram às cidades de Santo Ângelo e São Miguel das Missões, onde foi possível identificar que os recursos de acessibilidade não estão suficientes para atender as pessoas com deficiência na condição de mobilidade reduzida. Assim buscou-se avaliar os destinos e os atrativos turísticos formados pelo conjunto de elementos do patrimônio cultural material e imaterial que valorizam a história das pessoas que viviam na região antes da chegada dos colonizadores espanhóis representados pela Companhia de Jesus que implantaram os “Sete Povos das Missões” no chamado segundo ciclo da História das Missões no Rio Grande do Sul e a história dos personagens que se destacaram na região.

A cidade de Santo Ângelo de acordo com o site do IBGE (2018) conta com uma população estimada de 79.101 habitantes. Atualmente a cidade é reconhecida como a Capital das Missões e como Cidade das Tortas, destaca-se por sua evolução história, belezas naturais e arquitetônicas. Santo Ângelo Custódio foi o último dos Sete Povos das Missões a ser fundado no segundo ciclo de Reduções Jesuíticas no Estado do Rio Grande do Sul. Nesta cidade foram visitados: um prédio da Administração Municipal destinado a abrigar quatro secretarias municipais e a Biblioteca Municipal Policarpo Gay, a Praça Pinheiro Machado localizada em junto à Catedral Angelopolitana, o Memorial da Coluna Prestes junto a Estação Férrea e o Museu Municipal Dr. José Olavo Machado, todos valorizando a história, a cultura e a memória do local.

A cidade de São Miguel das Missões de acordo com o site do IBGE (2018) conta com uma população estimada de 7.754 habitantes, possui os mais preservados remanescentes materiais dos Sete Povos das Missões por isto, seu sítio arqueológico foi declarado Patrimônio Cultural da Humanidade. Nele encontra-se: “a igreja com paredes e com fachada quase completa, parte dos muros do colégio, das oficinas, do cotiguaçu, do cemitério e da quinta. Fonte de abastecimento de água. Imagens do barroco missioneiro, no museu do sítio arqueológico” (NOGUEIRA, 2007, p. 93-94). No Sítio Arqueológico é apresentado o Espetáculo Som e Luz narrado em português, espanhol e inglês, proporcionando aos turistas um melhor entendimento da história dos Sete Povos das Missões desde seu surgimento até sua decadência com a Guerra Guaranítica ocorrida entre 1754 e 1756 entre os índios guaranis e as forças espanholas e portuguesas.

O objetivo deste trabalho foi o de avaliar a acessibilidade dos equipamentos públicos destinados a atender a demanda do turismo nas cidades de São Miguel das Missões e Santo Ângelo. Viu-se portanto a necessidade de implantar recursos de acessibilidade que atendam à pessoa com deficiência na condição de mobilidade reduzida.

2 METODOLOGIA

Este trabalho é fruto de uma pesquisa bibliográfica, descritiva com abordagem mista realizada através dos estudos na Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e na ABNT NBR 9050 para a obtenção de uma melhor compreensão dos recursos de acessibilidade necessários para atender as pessoas com deficiência. Para a compreensão sobre turismo e acessibilidade foram utilizados estudos bibliográficos e recursos em meios digitais.

Foi realizado um levantamento de dados através de pesquisa de campo com realização de observação direta e sistematizada e com entrevista semiestruturada com abordagem mista e avaliação por método dedutivo. A pesquisa de campo ocorreu por ocasião das viagens técnicas dos alunos do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo do Instituto Federal Farroupilha e dos alunos do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa às cidades de Santo Ângelo e São Miguel das Missões realizada no dia 22 de abril e 16 de junho de 2018.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo “é uma modalidade de deslocamento espacial, que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos um pernoite no destino,” assim como “compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, por lazer, negócios ou outros”. (OMT, 2001, p.3).

Para Beni (1998, p.53) o turismo é uma prática social da vida humana e encontra seu dinamismo enraizado numa experiência da pessoa, do nomadismo e do anseio de superação. Ignarra (2003) entende que o turismo,

[...] consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (IGNARRA, 2003, p.13)

A partir destes autores, podemos compreender que o turismo é praticado por pessoas que saem de suas localidades por motivos diversos, buscando experiências alheias ao seu cotidiano. A motivação para a prática do turismo vem de encontro a oferta dos recursos turísticos disponíveis nas comunidades receptoras que apresentam seus recursos naturais, sua arquitetura, sua história e cultura, coocando-as a disposição dos visitantes.

De acordo com a OMT (2001, p.43), a oferta turística é definida como: “o conjunto de produtos turísticos e serviços postos à disposição do usuário turístico num determinado destino, para seu desfrute e consumo”. Entre elas podemos destacar: hotéis, restaurantes, agências de viagens, estações, praças, parques, museus, bibliotecas e outras.

Assim, o turismo é formado por elementos como : empresas de transporte, hotéis, serviços de alimentação e hospedagem, restaurantes e equipamentos turísticos, estes elementos são atrativos às pessoas que viajam de suas localidades por motivos diversos, pessoas que consomem produtos e serviços. Os turistas também utilizam outros serviços não turísticos, mas que agregam valor as localidades e que podem gerar vantagem competitiva na escolha do destino a ser visitado. Estes serviços incluem agências bancárias, supermercados, hospitais e outros.

Outro aspecto importante a considerar é a necessidade de oferecer produtos e serviços capazes de atender às pessoas com deficiência. A Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República (1010, p.6), utilizando dados do Senso 2010 apresenta a informação que: 8,3% da população brasileira apresenta pelo menos um tipo de deficiência severa, sendo: 3,46% deficiência visual, 1,12% com deficiência auditiva severa, 2,33% com deficiência motora severa e 1,4% com deficiência mental ou intelectual. Podemos assim considerar que as pessoas com deficiência precisam de recursos de acessibilidade para circular nas cidades, calçadas, ruas, além dos prédios públicos e locais de prestação de serviços, trabalho, educação e lazer.

A legislação brasileira, acrescentou muitos direitos às pessoas com deficiência devido à necessidade de recursos de acessibilidade indispensáveis para que as pessoas com deficiência possam utilizar os espaços públicos em condição de igualdade com as demais pessoas. Esses direitos de apresentam como um parâmetro de qualidade seja para adequação dos edifícios públicos e de uso público ou na qualificação dos serviços prestados a este público que tem por direito a inclusão social.

Para Dias (2008) qualidade turística depende de quatro elementos:

- a) As expectativas dos clientes, ou seja, a valorização prévia que tenha do recurso turístico que motiva o deslocamento;
- b) A cultura local; em alguns lugares turísticos, existem traços de comportamento dos residentes que não são compreendidos nos lugares de origem da demanda turística;
- c) O nível dos serviços oferecidos em comparação com outros destinos, o preço pago, a profissionalização e o nível geral de atenção e hospitalidade;
- d) E, obviamente, o preço, dado que é o barômetro quantitativo que permite uma comparação “pra dentro” e “pra fora” do mesmo com outros lugares turísticos. (DIAS 2008, p.170)

A união destes fatores de qualidade desperta interesse e favorece a escolha de turistas que buscam destinos bem estruturados na oferta de produtos e serviços turísticos. Dentre a oferta estão produtos capazes de satisfazer pessoas com deficiência na condição de mobilidade reduzida.

No Preâmbulo da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência, aos Estados Partes da presente Convenção assumem que:

- v) Reconhecendo a importância da acessibilidade aos meios físico, social, econômico e cultural, à saúde, à educação e à informação e comunicação, para possibilitar às pessoas com deficiência o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2012, p.25)

A Convenção nos artigos 9 e 30, apresentam uma série de direitos para assegurar as pessoas com deficiência a acessibilidade de forma independente, permitindo-lhes a participação de forma plena dos aspectos da vida, seja no uso dos transportes, acesso a informação e comunicação, usufruindo de forma igual dos demais serviços oferecidos a população, acessando edifícios, rodovias, meios de transporte, escolas, residências, instalações médicas e locais de trabalho. Devem também ter acesso a serviços de emergência, podendo acessar as instalações e serviços abertos ao público ou de uso público.

Tratando-se de um tema importante para desenvolver a inclusão social, a avaliação da acessibilidade foi realizada no espaço público destinado a recepção dos visitantes e turistas, pois estes espaços apresentam o lugar, seus personagens, sua história, sua cultura e valores, sendo gratuitos ou possuindo um custo baixo de visitação. Ao sair de São Borja com destino a Santo Ângelo, os alunos do Instituto Federal Farroupilha encontraram as primeiras dificuldades pois o ônibus fretado não apresentava alguns requisitos de acessibilidade como: rampa e banheiro adaptado e entre o grupo encontrava-se uma aluna em cadeira de rodas. Os alunos da Universidade Federal do Pampa utilizam um micro-ônibus da instituição e não encontraram dificuldades pois entre o grupo não havia pessoas com mobilidade reduzida.

Em Santo Ângelo a começar pela Biblioteca Municipal Policarpo Gay foi visitada com o intuito de observação de uma amostra sobre as políticas públicas municipais de preservação ambiental. No local, destaca-se a existência de uma área de aproximação para embarque e desembarque de passageiros onde o piso do passeio externo é constituído de calçadas anti-

derrapantes e trepidantes que no interior do prédio torna-se anti-trepidante e anti-derrapante, estes considerados ideais para locais de circulação de pessoas com mobilidade reduzida.

O acesso principal da Biblioteca possui rampa com corrimão. A porta possui largura adequada e maçaneta do tipo alavanca. Na biblioteca o banheiro disponibilizado ao público apresenta desnível no aceso e portas internas com medida inferior as exigências da NBR ABNT 9050. Também não apresenta mobilha interna adaptada.

A Praça Pinheiro Machado em frente à Catedral Angelopolitana, apresenta os passeios públicos contendo calçadas, rampas adaptadas e piso tátil. O acesso da Catedral é realizado por escadas ou por uma rampa, porém esta não tem a inclinação adequada para que uma pessoa com mobilidade reduzida ou uma pessoa em cadeira de rodas possa acessar de maneira autônoma e segura. Não foram encontrados banheiros adaptados para pessoas com deficiência, cabe ressaltar que, este prédio não é público e sim de uso público.

O Museu Municipal Dr. José Olavo Machado não possui recursos de acessibilidade, apresenta degraus e escadas desde a recepção, o que não permite autonomia a pessoa com deficiência. O banheiro existente no prédio não é adaptado e por consequência não apresenta mobilha interna adaptada.

No Memorial da Coluna Prestes localizado junto ao Museu da Estação Férrea constatou-se a inexistência de recursos de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida. O prédio possui um grande número de degraus e escadas desde sua recepção.

Em São Miguel das Missões, a Fonte Missioneira não apresentou recursos de acessibilidade impedindo a visita da aluna na condição de pessoa em cadeira de rodas. Ao entrar no Sítio Arqueológico, a recepção foi no prédio de informações, quando solicitado indicação de um banheiro adaptado, a primeira informação foi de que o local não dispunha de tal equipamento, somente num segundo momento foi informado da existência de um banheiro adaptado na recepção. Não há um roteiro adaptado para pessoas com mobilidade reduzida, o piso do local é recoberto por grama natural e no interior das ruínas o piso é de pedras ainda do período reducional.

É perceptível a falta de empatia por parte de administradores e gestores públicos com relação às pessoas com deficiência. Há dificuldades em interpretar e atender os direitos legais das pessoas com deficiência, um público especial que necessita de recursos especiais, mas também um público que certamente tem a possibilidade de contribuir com o fluxo turístico devido ao tempo disponível e pela renda estável garantida pelos programas governamentais de assistência e seguridade social.

Conclui-se que os equipamentos turísticos destinados a atender a demanda do turismo nas cidades de Santo Ângelo e São Miguel das Missões possuem pouco ou insuficientes recursos de acessibilidade. Há a necessidade de investimentos na qualificação dos profissionais para melhor atender a pessoa com deficiência e cumprir a legislação no que diz respeito a implantação de recursos de acessibilidade para que este público possa ter mobilidade com autonomia e inclusão social nestes locais.

O trade turístico da região dos Sete Povos das Missões não pode deixar de preocupar-se em prover os recursos necessários ao atendimento de pessoas com deficiência na condição de mobilidade reduzida. Cabe as administrações municipais buscar alternativas e apoio junto a comunidade para a melhoria nos serviços oferecidos a pessoa com deficiência na condição de mobilidade reduzida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oferta turística da Região das Missões é formada por elementos do patrimônio cultural material e imaterial que apresentam como parte de seus atrativos, os museus, praças, igrejas, monumentos e sítios arqueológicos. Estes elementos são responsáveis junto a

população local por divulgar os personagens, a história, a cultura e os valores das pessoas que viveram ou vivem no lugar visitado.

Assim, conclui-se que os equipamentos turísticos destinados a atender a demanda do turismo nas cidades de Santo Ângelo e São Miguel das Missões possuem pouco ou insuficientes recursos de acessibilidade. Percebe-se a necessidade de investimentos na qualificação dos profissionais para melhor atender a pessoa com deficiência e cumprir com a legislação no que diz respeito a implantação de recursos de acessibilidade para que este público possa ter mobilidade com autonomia e inclusão social nestes locais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, ABNT NBR 9050, **Acessibilidade a Edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2. Ed., Rio de Janeiro, ABNT, 2004.

DIAS, Reinaldo. Planejamento do Turismo: Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2008.

IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do Turismo, São Paulo: Thomson, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santo-angelo/panorama>> Acesso em: 28 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-miguel-das-missoes/panorama>> Acesso em: 28 ago. 2018.

NOGUEIRA, Carmen Regina Dorneles. **O Turismo, o Reencontro e a Redescoberta da Região das Missões**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia da FFCL/USP, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-01062007-125043/pt-br.php>> Acesso em: 12 ago. 2018.

OMT - Organização Mundial do Turismo. Introdução ao Turismo. Trad. Dolores Martins Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.

Presidência da República, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 4ª edição, revisada e ampliada, Brasília, 2011.

SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SDR/PR. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência**. Brasília. SDH-PR/SNPD, 2012.